



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 19-2020			
PA COPAM Nº: 278/2019		SITUAÇÃO: Sugestão pelo indeferimento	
EMPREENDEDOR: Isamar Pedra Ardósia Ltda		CNPJ: 22.427.694/0001-80	
EMPREENDIMENTO: Isamar Pedra Ardósia Ltda		CNPJ: 22.427.694/0002-61	
MUNICÍPIO: Felixlândia	ANM: 830.135/17	ZONA: Rural	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: • Não se aplica.			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-02-09-7	Extração de rocha para produção de britas	2	0
A-05-01-0	Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento a seco		
A-02-06-2	Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento		
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Alexandra Alves de Assis Reis		ART de Obra ou Serviço: 14201900000005696898	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Marcos Vinícius Martins Ferreira Gestor Ambiental		1.269.800-7	
De acordo: Aline Alves Moura Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.093.406-5	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 19-2020

O empreendimento Isamar Pedra Ardósia Ltda, localizado no município de Felixlândia/MG, formalizou em 03 de dezembro de 2019, na Supram Central Metropolitana, o processo administrativo de licenciamento ambiental de nº 278/2019 por meio modalidade "Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS" via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). As atividades foram enquadradas na DN 217/17 como:

- "Extração de rocha para produção de britas" (código A-02-09-7) com produção bruta de 12000 m³/ano 30000 t/ano; "Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento a seco" (código A-05-01-0) com capacidade instalada de 30000 t/ano; "Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento" (código A-02-06-2) com produção bruta de 6000,000 m³/ano;

Os parâmetros de produção bruta, capacidade instalada e área útil apresentados acima justificam a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência do critério locacional zero.

O empreendimento estará localizado a aproximadamente 50 km do Município de Felixlândia/MG, em zona rural, no local denominado Fazenda Riachão/Extrema. Foi apresentado Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR nº MG-3125705-8E36.DD37.A348.4CCF.9ADC.7F36.4A66.D81F em que foi declarada área total do imóvel 497,1014,1306 ha e área destinada à composição de reserva legal de 107,00 ha. Foi informado que o imóvel é composto pela matrícula nº 01-28.016.

O empreendimento contará com 07 funcionários, sendo 6 no setor de produção e 1 no setor administrativo que trabalham em um único turno de 8 horas dia, 05 dias por semana.

Conforme imagem abaixo, o empreendimento possuirá duas áreas nas quais ocorrerão a atividade de extração.

Imagem 01 – Áreas diretamente afetadas do empreendimento.



Fonte: Google Earth (acesso em 27/01/2020) e dados do processo.



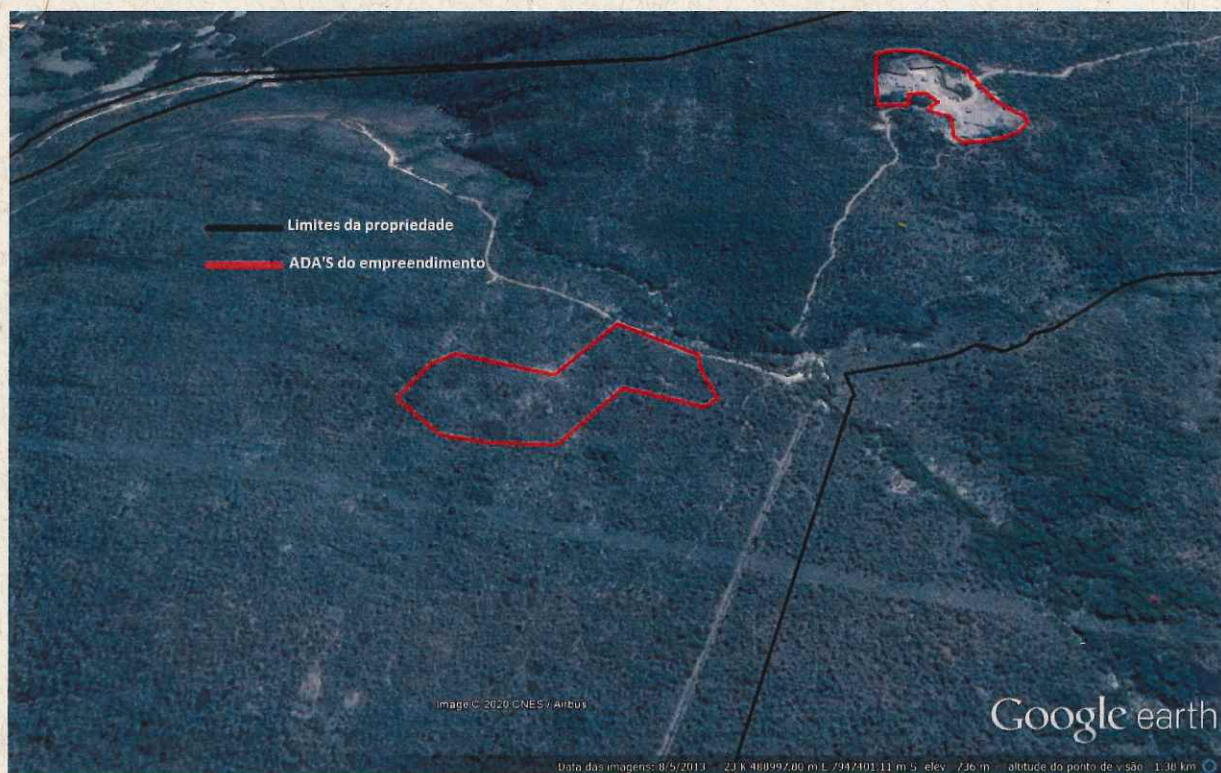
A extração de rochas para a produção de britas ocorrerá a céu aberto, pelo método de bancadas e por meio de desmonte manual e também através de explosivos.

Em seguida, o material passará por uma planta de beneficiamento na qual ocorrerá os processos de britagem (primária e secundária) e classificação (peneiramento) com a utilização de peneiras vibratórias.

A princípio, o rejeito da mina, que será composto por cacos de rocha, pontas de blocos, blocos rejeitados, será quebrado por um rompedor acoplado na máquina e será usado para fazer brita na UTM a seco.

Por meio de imagens de satélite da plataforma digital Google Earth foi verificado que houve supressão de fragmentos de vegetação nativa na Área Diretamente Afetada do empreendimento. Foi apresentada a autorização para exploração florestal 8470 (série A) expedida pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) em 06/09/2007 e com vencimento em 06/03/2008. Contudo, conforme imagens abaixo, a supressão do fragmento de vegetação foi realizada após o ano de 2013.

Imagem 02 – Área dentro da Fazenda Riachão, em 05/08/20113, antes da supressão de vegetação.



Fonte: Google Earth (acesso em 27/01/2020) e dados do processo.



Imagem 03 – Detalhamento de uma das ADA'S do empreendimento, em 05/08/2013, antes da supressão de vegetação.



Fonte: Google Earth (acesso em 27/01/2020) e dados do processo.

Imagem 04 – Detalhamento de uma das ADA'S do empreendimento, em 11/06/2016, após a supressão da vegetação.



Fonte: Google Earth (acesso em 27/01/2020) e dados do processo.



Imagem 05 – Detalhamento da outra ADA do empreendimento e de área dentro da propriedade, em 05/08/2013, antes da supressão de vegetação.



Fonte: Google Earth (acesso em 27/01/2020) e dados do processo.

Imagem 06 – Detalhamento da outra ADA do empreendimento e de área dentro da propriedade, em 11/06/2016, após a supressão de vegetação.



Fonte: Google Earth (acesso em 27/01/2020) e dados do processo.

Imagem 07 – Detalhamento da outra ADA do empreendimento e de área dentro da propriedade, em 11/06/2016, após a supressão de vegetação.



Fonte: Google Earth (acesso em 27/01/2020) e dados do processo.

Foi constatada a supressão de 7,1935 hectares de vegetação nativa (dentro e fora da ADA do empreendimento). A DN 217, em seu artigo 15 dispõe que:

Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.

Parágrafo único – O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS. (Grifo nosso)

Em função desta supressão, foi lavrado o auto de infração 226381/2020 em nome de José Custódio Barbosa, proprietário do imóvel, conforme contrato de arrendamento apresentado (datado de 02 de julho de 2018).

O empreendimento contará com estruturas de apoio como depósito temporário de resíduos, posto de combustível e oficina. As três instalações estarão localizadas em um galpão com piso impermeabilizado e canaletas de drenagem que direcionarão todos os fluidos até uma caixa separadora de água e óleo (CSAO).

Quanto ao uso de água, foi informado que serão utilizados no máximo 0,5 m³/dia no consumo humano e 30,0 m³/dia na aspersão de vias. Foi apresentada a Certidão de Uso Insignificante de Recursos Hídricos 159943/2019 que permite uma captação de 1,000 l/s no



córrego Lontra, durante 12 horas dia (43,2 m³/dia) no ponto de coordenadas geográficas Lat. 18°33'45,35" S e long. 45°6'9,52" W.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se a geração de efluentes líquidos, emissões atmosféricas, de resíduos sólidos, ruídos e vibrações.

Os efluentes sanitários gerados no empreendimento, oriundos de vestiários, serão destinados a uma fossa séptica e posteriormente a um sumidouro. Os efluentes oleosos serão destinados a uma Caixa de Separação de Água e Óleo (CSÃO) e posteriormente para empresa de re-refino.

Quanto aos efluentes pluviais serão instaladas canaletas de drenagem ao redor das áreas de lavra. As canaletas irão direcionar as águas pluviais para três bacias de decantação utilizando a declividade natural do terreno. Na bacia de decantação todo o material particulado será depositado sendo o transbordo direcionado novamente ao meio ambiente. O material sólido depositado no fundo das caixas de decantação poderá ser estocado e utilizado como corretivo de solo na recomposição vegetal da área após o fechamento de mina.

Quanto à emissão atmosférica, foi informado sobre a geração de poeira em função da utilização de veículos, equipamentos e da UTM. Este impacto será mitigado por meio de aspersão de água. Foi informado também sobre o lançamento de gases provenientes da queima de combustível, que será mitigado por meio de manutenção e regulagem dos equipamentos motorizados. **Não foi informado sobre a mitigação da possível emissão de particulados proveniente do uso de explosivos.**

Quanto aos resíduos sólidos, foi informado que haverá geração resíduos de plásticos, papel, vidro, pneu, estopas, sucatas, além de resíduo da CSAO e da fossa séptica. Todos estes resíduos serão destinados a empresa especializadas.

Quanto aos ruídos gerados pela circulação de veículos e uso dos equipamentos, foi informado que estes serão minimizados por se realizarem em espaços abertos e por meio do uso de equipamentos de proteção individual. Cabe informar que estas situações não se configuram como medida mitigadora de impactos. Quanto aos ruídos e à vibração gerados no processo de detonação, a mitigação será realizada através da utilização de retardo nas linhas de detonação e manutenção periódica.

Em conclusão, **considerando a não apresentação de documento autorizativo para a supressão de vegetação nativa ocorrida no empreendimento**, sugere-se o indeferimento do pedido de Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "Isamar Pedra Ardósia Ltda", para a atividade de "Extração de rocha para produção de britas", "Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento a seco" e "Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento" no município de Felixlândia - MG".